

# ERUDITOS, FALSIFICAÇÕES E MILIÁRIOS

*Scholars, forgeries and milestones*

VASCO GIL MANTAS  
*Universidade de Coimbra / CECH*  
*Academia Portuguesa da História*  
*usmantas@gmail.com*

<https://orcid.org/0000-0002-6109-4958>

DOI

[https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-5\\_9](https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-5_9)

*Recebido em setembro de 2018*

*Aprovado em dezembro de 2018*

**Biblos.** Número 5, 2019 • 3.<sup>a</sup> Série

pp. 197-231

**RESUMO.**

A falsificação de testemunhos epigráficos foi praticada vulgarmente por numerosos humanistas, destacando-se em Portugal as invenções de André de Resende e de frei Bernardo de Brito. Rudemente criticados pelos epigrafistas e historiadores do século XIX, como Emil Hübner, inspiraram críticas que levaram a suspeitar sistematicamente das informações destes autores, longamente copiados por muitos outros. Todavia, uma releitura sem preconceitos permite considerar como autênticos grande parte dos miliários que publicaram.

**Palavras-chave:** Epigrafia; Humanismo; Falsificações; Miliários; Ideologia.

**ABSTRACT.**

Epigraphic forgery was a common practice by numerous humanists. In Portugal, the fabrications by André de Resende and Father Bernardo de Brito can be mentioned. The strong criticism from 19<sup>th</sup> century epigraphists and historians, such as Emil Hübner, led to a systematic suspicion of the information provided by those authors, which was copied by many others. However, a new unbiased reading allows us to regard as authentic a significant part of the published milestones.

**Keywords:** Epigraphy; Humanism; Forgeries; Milestones; Ideology.

A falsificação de documentos remonta à mais alta antiguidade, ditada, tal como no presente, por razões muito diversas. Grande parte destas falsificações, nem sempre fáceis de identificar, tanto mais que, com frequência, o peso magistral de quem as foi transmitindo, nem sempre de boa-fé, admitamo-lo, não deixou de contribuir para lhes assegurar respeitabilidade e aceitação, não teve intuítos meramente materiais, contribuindo para complicar o que já de si é obscuro<sup>1</sup>. A temática escolhida para esta edição da *Biblos* reflecte o renovado interesse por uma questão que interessa a todas as áreas da investigação e onde não faltam polémicas, tão díspares como as que ocorreram a propósito de falsificações como a dos diários de Hitler, publicados em 1983 pela revista alemã *Stern* (Seufert, 2008), e do discutidíssimo papiro de Artemidoro (Canfora, 2013: 157-179), que ainda vai fazendo carreira.

Estes dois exemplos pertencem especialmente ao campo da paleografia, ciência dotada de enorme material de estudo, facultado por falsos escritos públicos e privados, com objectivos algo diferentes dos que se identificam nos monumentos epigráficos, portadores de textos mais breves mas também inevitavelmente abertos a manipulações e a polémicas. Recordamos aqui duas questões exemplares, talvez recentemente resolvidas por via tecnológica, a da Fíbula de Preneste e a do Itinerário de Barro de Astorga (Formigli, 1992: 329-343; Fernández Ochoa, 2012: 151-179), neste último caso conduzindo a confirmação da eventual autenticidade a novos problemas.

A epigrafia, pelas suas relações eminentes com a história, sobretudo naquelas situações em que rareia outro tipo de fontes escritas, como é o caso da Lusitânia romana, não escapou à imaginação de autores que aí encontraram um campo de acção privilegiado para desenvolver as suas elucubrações históricas, religiosas ou políticas, nem sempre fáceis de despistar por se tratar de gente quase sempre dotada de forte formação humanista, conhecedores das línguas clássicas e de bibliografia que lhes facilitava a tarefa. Acontece, não poucas vezes, ser essa formação literária que contribui para desmascarar bem urdidadas invenções, denunciadas pela construção da frase e uso de determinadas expressões ou vocábulos

---

<sup>1</sup> Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo.

não usuais epigraficamente ou de restrita localização. A título de exemplo recordamos a pretensa epígrafe lisboeta sobre a qual se ergueu a tese da existência de um templo de Tétis na cidade (*CIL* II 24\*), cujo texto soa francamente literário e onde a expressão *nautae et remiges* não pode ter o sentido que lhe pretenderam atribuir (Mantas, 1976: 153-157).

Em determinadas ocasiões, sobretudo quando o monumento publicado era considerado perdido ou apenas conhecido através de algum misterioso manuscrito, impossível de encontrar, o falsário limitava-se a copiar uma inscrição autêntica, existente noutra local, atribuindo-lhe uma nova origem, o que tem mantido em muitos *corpora* epigráficos monumentos difíceis de descartar, pois se trata de inscrições verídicas, embora usadas com decidida intenção de ludibriar os leitores, não raramente com êxito e a título póstumo. Devemos distinguir ainda duas outras possibilidades: uma em que o texto de uma epígrafe autêntica foi adulterado com retoques destinados a alterar a leitura, outra em que, por vezes sem nítida intenção de enganar, a fantasia ou a ignorância do divulgador produziu versões mirabolantes, por vezes facilitadas pela sistemática utilização de siglas e abreviaturas na epigrafia latina.

Dito isto, a título de preâmbulo explicativo das dificuldades que se levantam quando os monumentos em causa se tornam suspeitos, por alguma razão, entre as quais, como veremos, a personalidade de quem os divulgou é factor determinante, levando a situações hiper-críticas, não menos nocivas para a investigação, a ponto de afastarem potenciais interessados numa reanálise de tais epígrafes. Neste artigo ocupar-nos-emos de duas figuras centrais neste processo, ambas do século de quinhentos, André de Resende, autor da *História da antiguidade da cidade de Évora* e de *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Resende, 1553; 1593), e frei Bernardo de Brito, autor da *Monarchia Lusytana* (Brito, 1597; 1609), cujas lições foram seguidas com persistência a ponto de ainda ocorrerem em obras contemporâneas de certa responsabilidade (Simplício, 2003: 365). Não pensemos, porém, que se trata de um mal exclusivamente nacional. Recordamos apenas o caso do falso *De Situ Britanniae*, publicado em 1757 por Charles Bertram, inglês residente na Dinamarca, texto repleto de falsidades e dados deturpados (Bertram, 1757: 1-60), que ainda subsistiam na edição de 1911 da muito conceituada *Encyclopaedia Britannica*.

Sobre Resende e Brito, muito particularmente sobre as suas discutíveis facetas de criadores de inscrições, escreveram pertinentes observações Rosado Fernandes, na sua edição das *Antiguidades* de Resende (Resende, 1996), e José d'Encarnação, pioneiro entre nós da análise sem preconceitos das falsificações epigráficas destes autores e, muito especialmente, do que motivou as suas acções aparentemente anti-históricas (Encarnação, 1991: 193-221; 2008: 181-198). Para compreender a actuação dos eruditos quinhentistas portugueses, seguramente imbuídos de sólida formação humanista, valorizadora do passado romano e de uma certa interpretação dos seus modelos, devemos ter em conta a atmosfera social e cultural da época, não totalmente isenta de ambiguidades na relação entre a mundividência católica e a recuperação de valores característicos da romanidade antiga.

A utilização corrente da língua latina na liturgia e na cultura facilitava esta convivência, permitindo uma certa transferência para o mundo de quinhentos, tão diferente do que fora o da Roma antiga, de alguns aspectos peculiares deste. Esta preocupação, tipicamente humanista, de adaptar os modelos clássicos ao seu próprio mundo (Fig. 1), revela-se claramente em autores como Francisco de Holanda, quando propõe, por exemplo, o seguinte:

[...] se façam formosíssimas cruces de mármore, ou pedra vermelha, e com letras na vasa que ensine os miliários ou leguários das léguas, para saberem os caminhantes os caminhos e léguas que andam. Pois não é pecado algum imitar os antigos, (por cujas leis nos governamos e regemos) também em a polícia e regimento de ornar as obras públicas em sua perfeição [...] e costumavam eles a pôr de légua a légua uma coluna ou pedra com letras que dizia em latim as léguas para saberem ser encaminhados os caminhantes, que todos sabiam latim até em Portugal, e para não errarem os caminhos. (Holanda, 1984: 29)

Compreenderemos facilmente esta mistura de antiguidade e modernidade, decerto mais fácil de manusear na arquitectura e na literatura do que na ideologia da época, se considerarmos que muitos destes eruditos, ao contrário de Holanda, tinham formação e carreiras eclesiásticas, como era o caso de André de Resende

e de Bernardo de Brito. Esta dependência, mais largamente evidenciada em escritos de teor religioso, como é natural, não deixou de se fazer sentir na forma como interpretaram a história da Antiguidade e da sua projecção no passado remoto do território português. Com efeito, bons conhecedores dos textos bíblicos, não hesitaram em colocar algumas dessas figuras nos períodos mais remotos da história do nosso território, sem que houvesse qualquer possibilidade de encontrar provas dessa pretendida e fabulosa presença na Ibéria, normalmente garantida através de uma falsa toponímia e da autoridade da fonte primária.



Fig. 1 – O santuário da Ribeira de Colares e a proposta revivalista de Francisco de Holanda.

Basta recordar o exemplo de Setúbal, cuja fundação era concedida ao bíblico Tubal, como defendia Bernardo de Brito contra a opinião mais acertada de André de Resende:

[...] o nosso Reino foi o mais antigo na povoação, e Setúbal o lugar, em que primeiro ordenaram modo de vida e vizinhança comum. E assim o tem Pineda, em sua Monarchia, Nicolau Coelho, Laimundo e Fr. Heitor Pinto, e a tradição vulgar dos homens que neste Reino tem voto em coisas antigas. Nem me inclina ao contrário, ver que André de Resende, o é tanto desta opinião, dizendo que o nome de Setúbal foi Cetóbriga, e daqui se derivou, e não de Tubal. (Brito, 1597: 3.7)

Ora, o peso dos homens com “voto em coisas antigas”, que com tanto à-vontade tratavam da etnologia e da cronologia, fez-se sentir, também, a propósito dos traços da presença romana em Portugal, usando a mesma prática inspirada pela interpretação das fontes bíblicas, de indiscutível autoridade, incorporando figuras míticas do mundo clássico no relato histórico das origens das nossas cidades, fugindo, naturalmente, a referir as divindades pagãs, a não ser de forma acessória, alegórica. O muito conhecido caso de Ulisses, imaginário fundador de Lisboa (Fernandes, 1985: 139-161; Mantas, 2003: 150-155), hipótese logo contrariada pela antroponímia antes mesmo de o bom senso o sugerir, é apenas um exemplo entre muitos e muitos, este não desprezado pelo próprio André de Resende.

Considerando a atmosfera cultural e ideológica da época, em que não faltavam *mirabilia*, com frequência justificando o ditado “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto”, não é difícil entender a facilidade com que tais relatos eram aceites e retransmitidos, numa sociedade abundante em hagiografias, repletas de milagres e factos maravilhosos, na qual o culto de relíquias sugeria igualmente uma busca profana de traços do passado mítico ou histórico. Esta atitude acrítica ou *engagé* prolongou-se, como é sabido, muito para além dos tempos de Resende e de Brito e conta com alguns episódios curiosos, na linha habitual de intentar provar o falso ou altamente improvável através de materiais autênticos, no todo ou em parte.

Assim aconteceu com os Santos Mártires de Concordia, caso que teve início com a publicação, em 1591, do *Martirologio romano*, em que se referem os mártires de *Concordia*, Donato, Secundiano e Rómulo. Poucos anos depois surgem em Fulda os pretensos fragmentos da obra perdida de um escritor do século IV, Flávio Dextro, onde se referia, segundo os divulgadores, que a *Concordia* em questão era na Lusitânia: “Anno 145. Concordiae in Lusitania quae nunc Besulci dicitur, sanctus Donatus et socii ejus multa etiam passi” (S. Tomás, 1644: 473). Temos, assim, *Besulci* identificada com Beselga, tal como sucede nos escritos de D. Rodrigo da Cunha e de Jorge Cardoso (Cunha, 1642: 32; Cardoso, 1652: 413, 760-763), os quais relacionam directamente o corroído miliário do Casal dos Santos Mártires e a necrópole romana escavada perto, em 1659, com os mártires de *Concordia*, concluindo o processo com a construção de um modesto santuário rural, em 1660 (Fig. 2), infelizmente hoje muito degradado (Luz, 1659: 76; Mantas, 2012: 309).

Outra situação interessante, oriunda da imaginação de frei Bernardo de Brito, é aquela que ocorre numa falsificação onde, inspirado pelo texto da ponte de Alcântara (*CIL* II 760), se indicam cidades que teriam contribuído para erigir o templo do Sol e da Lua junto ao Cabo da Roca (Brito, 1597: 4.410-412), onde Brito insere o nome do legado *Cestius Acidius Perennis*, já conhecido através de uma epígrafe proveniente do santuário do Alto da Vigia (*CIL* II 258), em Colares (Encarnação, 2006: 286-287). Aqui temos uma referência autêntica para avaliar uma patranha<sup>2</sup>, como diria Luciano de Samósata (Luciano, 1976: 19). Em relação a esta falsa epígrafe parece-nos importante sublinhar o que sobre ela e sobre a atitude nela implícita escreveu, em 1804, Francisco do Nascimento Silveira: “A lápide, que Brito trás para falar nela [Tubuci], entre as que concorreram para o templo do Sol, edificado no Cabo de Sintra por Acídio, pretor romano, tem muitos visos de falsidade” (Silveira, 1804: 260).

---

<sup>2</sup> As cidades patrocinadoras da edificação do templo teriam sido *Olisipo*, *Salacia*, *Scallabis*, *Ierabriga*, *Tubucci* e *Eburobrittium*, notando-se alguma falta de precisão nos estatutos que lhes são atribuídos por Brito.





Fig. 2 – Pormenor do santuário dos Santos Mártires,  
com o miliário tombado na edícula arruinada.

Este autor, embora pouco conhecido, merece alguma atenção (Mantas, 2009: 89-110). Na verdade, encontramos na escrita que publicou uma atitude preluando nitidamente uma leitura crítica de textos como este, mesmo quando revestidos da autoridade do monge de Alcobaça. Chega a corrigir a identificação de povoações, como sucede com uma pretensa *Arruncia*, perto de Aljubarrota, deduzida por Luís Cardoso de uma epígrafe funerária onde consta o antropónimo *Arruntia*, demonstrando, na viragem do século, uma nova atitude científica, que Hübner não deixou de registar oportunamente (*CIL* II 355). Todavia, as suas críticas concentram-se quase sempre em problemas de história profana, evitando, de acordo com a sua condição de presbítero secular, comentar matéria religiosa. Demonstra, porém, uma evidente admiração por André de Resende, escrevendo:

Por toda ela [a província do Alentejo] descobriu Resende lápides, e monumentos dignos da magnificência romana, de que nos faz participantes na sua História de Antiguidades, e nós copiámos dele e de outros na nossa Lusitânia Antiga, sendo por este laborioso desvelo merecedor de nosso eterno agradecimento e de uma brilhante estátua no Templo da Memória, por ilustrar sua pátria com tantas tarefas literárias: era Eborense, e basta. (Silveira, 1804: 263)

Ainda que assim fosse, para muitos, a verdade é que as críticas às invenções epigráficas de Resende e de Brito não se fizeram sentir apenas no decurso do século XIX, pois muito antes houve comentários depreciativos daquilo a que Hübner chamou tentativas práticas de epigrafia (Hübner, 1871: 46), como sucedeu com a obra em tom jocoso de Amador Patrício, *alias* Martim Cardoso de Azevedo, intitulada *História das Antiguidades de Évora*, obra que só veio à luz em 1739, mais de um século depois da morte do autor (Fig. 3), acontecida em 1614. Seja como for, estas divagações historiográficas duraram muito tempo, demasiado, criando um ambiente de desconfiança em relação aos escritos de Resende e de Brito, que Emil Hübner, representante da exigente escola prussiana, não hesitou em apelar de falsários.

É indiscutível que a acusação é pesada, desagradável para a sensibilidade portuguesa, suscitando reacções (Simões, 1888: 200-201), talvez em parte devidas ao nosso francesismo cultural, com frequência pouco aberto às correntes germânicas. Mas também houve portugueses que compreenderam perfeitamente a situação e a razão do que escrevia Hübner, como Augusto Soromenho:

Num país, como o nosso, onde escritores de autoridade suspeita gozam ainda de crédito, onde, por consequência, os estudos arqueológicos e as verdadeiras noções da crítica estão completamente abafadas numa pesada atmosfera de erros, que têm atravessado três séculos, é um bom serviço a publicação destas páginas. (Hübner, 1871: I-II)

Devemos recordar que a historiografia tradicional portuguesa foi abalada até aos alicerces a partir de meados do século XIX, e não apenas por razões rela-

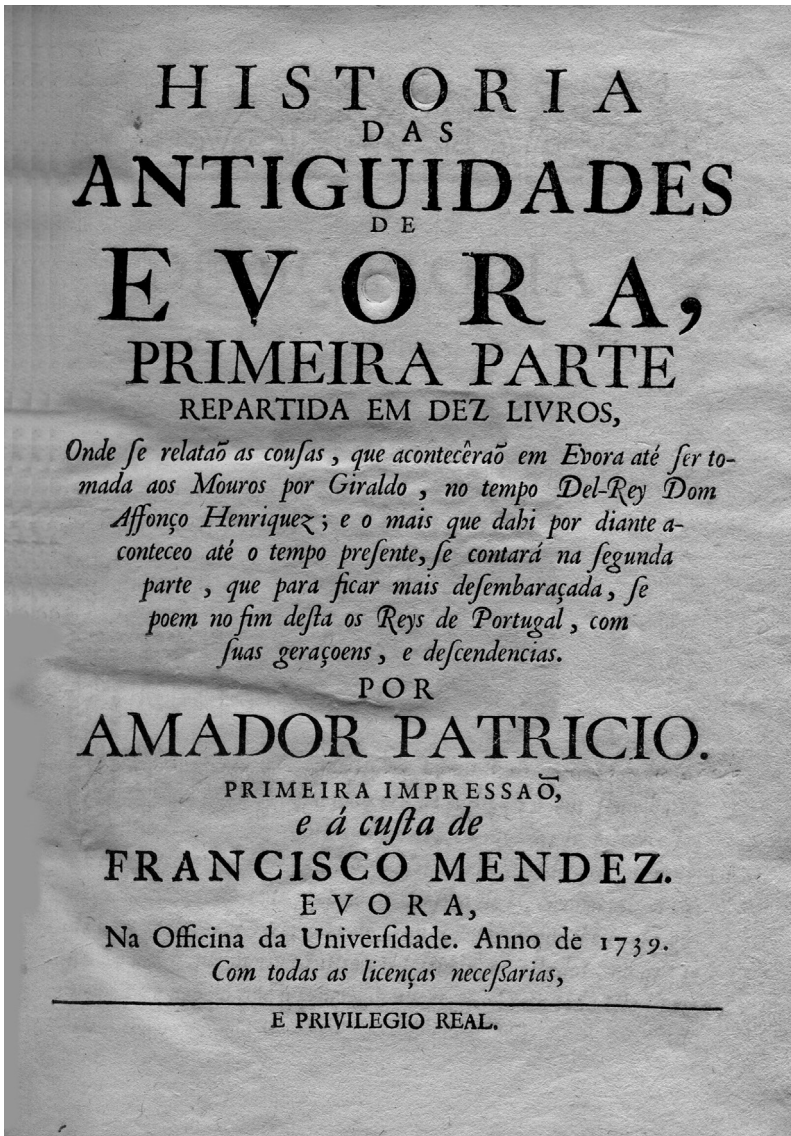


Fig. 3 – Página de rosto da obra *História das Antiquidades de Évora*.

cionadas com a Antiguidade e os Lusitanos, como estes foram imaginados por Resende e Brito, o primeiro dos quais fazia corresponder as fronteiras de Portugal ao que considerava a Lusitânia. Relatos fundacionais da nacionalidade, como a lenda do Milagre de Ourique, reelaborada por Bernardo de Brito sobre um relato dos finais do século XV, ou ainda as actas das pretensas Cortes de Lamego (Torgal, 1981: 231-233), base jurídica da Monarquia Portuguesa até 1834, um falso elaborado por frei António Brandão, também cronista de Alcobaça, foram severamente criticadas como fantasias por Alexandre Herculano, causando arrastadas e violentas polémicas. É certo que, em todas estas situações, o factor nacionalista esteve presente, justificando se não a aceitação, impossível em termos historiográficos, pelo menos a compreensão das razões que determinaram estas invenções. Como alguém disse, quando a lenda é maior que a realidade, publica-se a lenda (Lopes, 2018: 47), conceito muito apropriado para nações em busca de estabilidade, como era o caso português perante o vizinho espanhol, não faltando ambiguidades ao processo.

As invenções epigráficas de André de Resende não são menos evidentes na sua obra *História da antiguidade da cidade de Évora*, redigida em português, o que sugere procurar assim uma maior divulgação interna<sup>3</sup>. Se nas *Antiguidades* é muito clara a preocupação de Resende em fixar os Lusitanos como antepassados portugueses, capazes de enfrentar um poder muito superior, apontando Viriato e Sertório como uma espécie de heróis pré-nacionais, subentendendo-se que outros apareceriam se fosse necessário combater algum poder hostil à soberania do Reino, na *História*, embora essa preocupação permaneça nas referências à resistência de Viriato, o realce vai para o elogio da cidade de Évora, unida imaginariamente, uma vez mais, a Sertório, a quem atribuiu a construção do aqueduto, polemizando a propósito com o bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, o que talvez tivesse sucedido não apenas por razões científicas. Prática normal na época, admitamos, que permitiu a Resende exercitar a sua imaginação histori-

---

<sup>3</sup> A obra, como informa Resende, foi composta a pedido da Câmara eborense, o que desde logo sugere a intenção de tornar acessível a sua leitura a um público menos seguro no domínio da língua latina.

cista, ainda que nem sempre o resultado corresponda ao ditado italiano “se non è vero, è ben trovato”, de que é um excelente exemplo a quase maneirista inscrição do Torrão, inventada por Resende (Encarnação, 2002: 305-310), consagrada a Júpiter por uma tal *Iunia Donace*.

Como é sabido, o humanista não hesitou em gravar, ou mandar gravar, em pedra, algumas das suas invenções (Hübner, 1871: 45-46), talvez utilizando um suporte antigo, como no caso da epígrafe eborense comemorando *L. Voconius Paullus* (CIL II 18\*), que dizia ter em sua casa e que terá sido inspirada por outras de Tarragona (Encarnação, 1991: 208-211). Este texto ocorre apenas parcialmente nas *Antiguidades* (fl. 21), limitado às primeiras oito linhas, surgindo completo na *História* (fl. 23). É, formalmente, um belo monumento (Fig. 4), com um *cursus honorum* interessante, denunciado pela paleografia e pela atribuição de um cidadão presumivelmente eborense à tribo Quirina. A ousadia de Resende chegou ao ponto de inventar um arco comemorativo da vitória de Ourique, magnífica fraude lhe chamou Rosado Fernandes, arco que teria sido erigido por ordem de D. Sebastião, monumento que nunca ninguém viu, inteiro ou destruído (Resende, 1996: 13, 200-201, 290). Infelizmente, esta sua tendência mitómana, apoiada num larguíssimo conhecimento das fontes e das línguas clássicas, teve consequências perniciosas, inquinando gravemente a historiografia peninsular, não faltando no país vizinho numerosos exemplos de idênticas falsidades (González Germain; Carbonell Manils, 2012: 17-27). Devemos, todavia, creditar-lhe muitos aspectos positivos e inovadores, como a atenção atribuída às religiões indígenas da Lusitânia (Resende, 1593: 229-236).

Que dizer de frei Bernardo de Brito, monge e cronista de Alcobaça e que, por isso, concentra parte das suas falsificações epigráficas em zonas não muito afastadas da Abadia<sup>4</sup>, sobretudo no litoral? Vivendo um pouco depois de André de Resende, pois faleceu em 1617, a sua vida activa recaiu toda no período filipino, o que não sucedeu com Resende. É sobretudo na *Monarquia Lusitana*, cuja edição das duas primeiras partes, da sua autoria, datam de 1597 e 1609, que Ber-

---

<sup>4</sup> É particularmente interessante o núcleo de Alfeizerão (CIL II 36\*-39\*), talvez em parte me-recedor de revisão.



nardo de Brito desenvolve a sua pseudo-história, talvez ainda mais mirabolante que a de Resende, na qual voltamos a encontrar os mesmos *leitmotiv* habituais: personagens bíblicas na Península, como Tubal e o babilónico Nabucodonosor, as guerras lusitanas com os seus heróis mitificados Viriato e Sertório, a par de outras coisas mais, como uma fabulosa cronologia da Ibéria ou a migração dos Túrdulos para o Côa, região de onde Brito era natural. A obra parece um misto de romance de cavalaria, história bíblica e manipulação política. Os exageros eram de tal ordem que o continuador da *Monarquia*, frei António Brandão optou por reescrever a terceira parte, que Brito deixara em manuscrito.



Fig. 4 – A ara de *Voconius Paullus*, no Museu Regional de Évora, e o texto de Resende.

As falsificações epigráficas de Brito são, de maneira geral, menos conseguidas que as de Resende, autor que ele aliás utiliza com frequência, retomando as suas invenções, sem grande espírito crítico. Por isso foi também um alvo dos historiadores positivistas do século XIX, embora se tivessem registado algumas tentativas para defender as suas especulações, largamente apoiadas no caso da epigrafia em textos inventados, que dizia ter visto ou extraído de um misterioso prontuário de inscrições que possuiria. Tomemos apenas como exemplo a inscrição atribuída a S. Gião da Nazaré, cujo texto inventado por Bernardo de Brito comemora uma vitória de Décimo Júnio Bruto sobre os Eburobricensenses e a construção de um templo consagrado a Neptuno, em agradecimento pelo resultado da batalha (*CIL* II 37\*). Como tantas vezes aconteceu, este texto foi recolhido por outros autores e considerado respeitável, como sucedeu com Marinho de Azevedo (Encarnação, 2006: 274), ilustrando bem o processo de contaminação exercido por esta falsa epigrafia.

Porém, nem tudo é condenável ou simplesmente aborrecido na obra de Brito. Recordamos, a seu favor, entre outros contributos interessantes, o apanhado de numerosas inscrições autênticas dispersas ao longo dos dois volumes de que foi autor. Mais interessante é a tentativa de integrar a história ibérica e mais particularmente lusitana na história universal, por muito limitado que este conceito fosse numa época perfeitamente eurocêntrica. Mais curiosa é a sua posição política, um tanto ambígua, quase oportunista (Encarnação, 2018: 181-182). O cronista identifica os povos antigos do território nacional, a Lusitânia, como Portugueses, tecendo-lhes permanentes louvores, o que é normal, mas mais exagerado que em Resende. Mas será o cronista de Alcobaça apenas um respeitador das realidades do tempo, acomodando-se aos Habsburgos, embora sublinhando a identidade da monarquia portuguesa na Península Ibérica, o que não contrariava o legalismo vigente, ou devemos considerá-lo um colaborador, no sentido pejorativo do termo, sempre móvel e instável?

Como cronista de Alcobaça, Bernardo de Brito tinha responsabilidades acrescidas naquilo que escrevia e publicava, pois de alguma forma correspondia à posição oficial da Abadia, a qual tivera uma acção importante no apoio à causa do Mestre de Avis, na crise de 1383-1385, através da acção do abade D. João de Ornelas (Lopes, 1977: 433), situação que não se repetiu em 1580. Os anteceden-

tes familiares de Bernardo de Brito, cujo pai morrera ao serviço de Filipe I na Flandres, em luta contra os rebeldes protestantes, justificavam uma posição favorável ao *status quo* político dualista, que muitos sentiriam como normal, desde que a identidade do Reino se mantivesse.

Creemos, todavia, que Brito foi mais além da simples aceitação de um facto incontornável, como parece provar a sua obra, não publicada<sup>5</sup>, *Disfraz de amar, cuentase la guerra de Portugal y el derecho que la Majestad del Rey Filippe II nuestro Señor tiene a aquel Reyno* (Franckenau, 1724: 62). Seja como for, enquanto André de Resende se esforçou para colocar o passado português, através dos Lusitanos, ao nível dos restantes na História Antiga, divulgando-o na Europa culta, Bernardo de Brito, nomeado cronista-mor do reino por Filipe II em 1614, tem como principal orientação projectar Portugal no conjunto dos reinos peninsulares sob o controlo filipino, o que o situa num contexto muito diferente, quase protagonista de um *patriotisme de clocher*, perdoe-se-nos o galicismo, que não somos tão vernáculos como o cronista alcobacense.

Passemos, finalmente, à epigrafia viária de André de Resende e de Bernardo de Brito. Antes de entrarmos na apreciação do que escreveram sobre marcos miliários, e fizeram-no bastante, devemos considerar que este tipo de monumento, assaz numeroso em Portugal, se presta muito menos às fantasias epigráficas que encontramos nas obras de Resende e de Brito, por razões evidentes. Ainda assim, os miliários não escaparam à suspeita, assumida ou sugerida, dos críticos destes autores, naturalmente partindo do princípio falso de que tudo ou quase tudo o que descreveram é inventado. Para quê inventar miliários, perguntamo-nos? Para justificar os traçados do *Itinerário de Antonino* e a localização das suas estações, que André de Resende em certos casos reconhece não ser possível, como acontece ainda em parte na actualidade (Mantas, 2014: 231-256), não cremos. Poderia ser um subterfúgio para, através da indicação da distância, sugerir a localização de uma determinada *mansio*, conveniente para o desenrolar da narrativa, mas poucas situações coincidentes com esta possibilidade se registam. Tais circunstâncias

---

<sup>5</sup> O manuscrito encontra-se na *Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial* (Pluteo P. Serie V. n. 17), caso não se tenha perdido no incêndio de 1872.



justificam, a nosso ver, uma nova atitude em relação aos miliários transmitidos por Resende e Brito.

Ainda a propósito dos marcos coligidos na *Monarquia* devemos sublinhar um aspecto interessante, pois não aparecem agrupados de acordo com as vias romanas conhecidas, antes surgem entre os testemunhos arqueológicos do território português, inseridos ao longo da narrativa histórica, cronologicamente associados às fontes escritas utilizadas, assaz numerosas. Lembramos também que transcreve, e bem, as epígrafes da ponte de Alcântara, sugerindo, quanto a nós correctamente, que existiria mais que uma inscrição com indicação das cidades que contribuíram para custear e aperfeiçoar a obra (Brito, 1609: 56-57), chamando a atenção para o facto de esta famosa obra não se situar em território português, marcando desta forma a diferença entre duas realidades, na altura mais administrativa que política, como Brito pragmaticamente terá reconhecido, aparentemente sem grande desconforto. Na inscrição das cidades que sobreviveu no arco da ponte, e que ainda lá está praticamente ilegível (Blanco Freijeiro, 1977: 31-33), reparamos que falta a referência aos *Aravi*, enquanto no desenho de Francisco de Holanda (Holanda, 1984: 59), falta a menção aos *Tapori*, circunstância que parece denunciar o recurso a fontes diferentes.

Voltemos então a André de Resende e aos miliários que nos transmitiu nas *Antiguidades*, arrumados de acordo com as vias do *Itinerário de Antonino* a partir do seu ponto inicial. Mas a sua análise limita-se apenas às estradas a sul do território, deixando sem testemunhos epigráficos as regiões para norte do Tejo. Eis o que o humanista nos diz: *Subsistem ainda hoje sete destas vias na Lusitânia e na terra bracarense e uma na Vetónia, outra província da Lusitânia, mas estão em grande parte invadidas pela terra e com as pedras desgastadas e com os marcos miliários caídos* (Resende, 1593: 148; 1996: 174). Parece estranha esta explicação a propósito de estradas como a da Geira ou a *Via de la Plata*, mesmo considerando que uma não era lusitana, e a outra não era portuguesa (Rodríguez Colmenero; Ferrer Sierra; Álvarez Asorey, 2004; Puerta Torres, 1995). Demasiados miliários?

Resende dispunha, para tratar do *Itinerário*, de várias edições, ainda que não as conhecesse todas, pois entre 1512 e 1540 saíram oito, não isentas de lacunas e incorrecções. Mas assume essas dificuldades, respeitando o texto que utilizou e eximindo-se de propostas de leitura das distâncias indicadas, mesmo

quando lhe seria conveniente. Portanto, desde logo esta circunstância favorece a credibilidade do Eborense nesta matéria, pois com os miliários cujos textos transmite não procura provar nada suspeito. Resende refere no seu capítulo sobre as vias, espécie de anexo do Livro III, um total de 22 miliários, além de outros que não individualiza. Destes 22 marcos, apenas 12 tinham epígrafe legível, no todo ou em parte (Resende, 1996: 173-179). Hübner considerou que sete destes monumentos eram falsificações: *CIL* II 432\*, 433\*, 434\*, 435\*, 436\*, 439\*, 441\*. Temos assim que, dos monumentos mantendo o letreiro ou parte dele, 31,8% são considerados como fraudes pelo epigrafista prussiano, o que não é totalmente aceite (Encarnação, 1984: 720-722). É uma percentagem importante mas, se atendermos ao que passa com outro tipo de inscrições inseridas nas *Antiguidades*, diremos não ser muito significativa.

Analisando o conjunto dos marcos epigrafados, todos se situam em estradas importantes, o que é normal, e a maior parte pertence a imperadores dos séculos III e IV, o que sugere também a sua autenticidade. Na verdade, apenas dois miliários deste grupo se podem atribuir ao Alto Império, a Adriano (*CIL* II 432\*; *CIL* II 439\*), todos os restantes são posteriores. Dado que nos textos constantes nos miliários tardios são vulgares erros na nomenclatura e titulação dos imperadores, tal não nos parece suficiente para classificar como falsos, por neles existirem pequenos lapsos, alguns destes monumentos.

Só quatro contêm indicação de distâncias, XII milhas a partir de Évora, no miliário de Maximino dos Tabuleiros (Resende, 1593: 151; *CIL* II 433\*), XI milhas no miliário de Adriano da Ribeira de Alpiarça<sup>6</sup>, (Resende, 1593: 163; *CIL* II 439\*), ignorado por Encarnação, que centra o seu comentário negativo no fragmento pertencente a outro miliário (Encarnação, 1984: 719), III milhas no miliário de Venda das Mestas (Fig. 5), de Maximino

---

<sup>6</sup> Existe a possibilidade de a epígrafe deste miliário indicar duas distâncias, a primeira de X milhas, na penúltima linha, e uma segunda, de que restaria apenas o numeral I, na linha inferior. Fosse X ou XI, este valor não se pode referir a *Scallabis*, mas corresponde razoavelmente a *Tacubis* (Carvalhal?) ou, com maior probabilidade, a *Aritium Praetorium*, um pouco a nascente de Água Branca. Na área de implantação do miliário a estrada bifurcava, justificando-se a hipótese que propomos.

LIBER. TERTIVS.

Fol. 168.

¶ Post mille passus, iuxta diuerforium quod vocant Mestas. Quatuor sunt columnæ conlapsæ, tres, corruptas habent inscriptiones. In vna sic legitur.

IMP. CAES. CAIVS IVLIVS  
VERVS MAXIMINVS. PIVS. FELIX.  
LIX. INVICTVS. AVGVSTVS. PONTIFEX  
MAX. PATER PATRIAE. TRIBVNICIAE  
POTESTATIS. TERTIVS COS. GERMANICVS  
MAX. DACICVS MAX. SARMATICVS MAX. ET  
G. IVLIVS VERVS MAXIMVS  
NOBILISS. CAESAR. PRINCEPS  
IVVENTVTIS. GERMANICVS MAX.  
DACICVS MAX. SARMATICVS MAX.  
IMP. CAESARIS. CAI IVLI VERI MAXI  
MINI. PII. FEL. AVGVSTI. GERMANICI.  
MAX. DACICI. MAX. SARMATICI.  
MAX. FORTISSIMI. CAESARIS  
FILIVS.

IIII.

IN 2

Fig. 5 – Miliário de Maximino e Máximo da Venda das Mestas, segundo Resende.

e Máximo (*CIL* II 441\*), distância que Resende interpreta como indicação de Máximo como quarto filho do imperador, e XXII milhas no miliário de Heliogábalo achado na zona de Barbacena (Resende, 1593: 154; *CIL* II 436\*), este considerado autêntico por Encarnação, apesar da discrepância da distância indicada (*IRCP* 663). Como Resende não transcreve miliários do Norte de Portugal, onde os há deste imperador, a possibilidade de se tratar de uma *transferência* para a região alentejana parece remota. Por outro lado, se inventou, como explicar que a distância até Évora não corresponda à realidade?

Nos três primeiros casos as distâncias indicadas permitem soluções aceitáveis e não faltam miliários conhecidos nessas estradas, sugerindo autenticidade. Quanto ao quarto, Resende subentendeu a leitura *Ebora*, ou pretendeu transmitir que assim era, numa epígrafe de difícil leitura (Fig. 6), como confessa (Resende, 1593: 154). Julgamos possível que o local do achado, mesmo que um pouco deslocado, ficasse fora do território eborense, pois parece evidente que a área pertence a Mérida, e que a distância indicada esteja incompleta, devendo ler-se LXII, o que coloca este miliário de Heliogábalo correctamente a 93 quilómetros da capital lusitana. O miliário de Diocleciano e Maximiano achado na Terrugem (*IRCP* 670), indicando XXXXXXV milhas, este da estrada *Emerita – Ebora*, confirma que a região pertencia à colónia emeritense e que a correcção que propomos para o anterior é aceitável, tanto mais que, perto da raia, se achou em Campo Maior o miliário de Severo Alexandre indicando LIII milhas (*FE* 25 115).

Também não vemos nenhuma razão válida para negar autenticidade ao marco de Adriano da estrada *Ebora – Pax Iulia* (Resende, 1593: 156; *CIL* II 432\*), governante de que se conhece outro marco no Distrito de Beja, em Corte do Alho (*ILER* 1903). Como o próprio Resende indicou, são numerosos os vestígios desta via, que Hübner marcou no mapa *in fine* do *Corpus Inscriptionum Latinarum* dedicado à Península Ibérica. Mário Saa viu, e descreveu, bastantes destes vestígios, hoje muito destruídos, mas insofismáveis (Saa, 1963: 234-269; Carneiro, 2008: 99-103). Consideramos, portanto, este miliário como autêntico, tanto mais que pertence ao mesmo período do terceiro consulado de Adriano, como o de Corte do Alho (Sillières, 1990: 85).

Outros miliários considerados falsos pertencem à estrada que corria para Mérida pelo curso superior da Ribeira de Alpiarça, ida de Santarém, importante

LIBER TERTIVS.

Fol. 154.

¶ Altera stat cum inscriptione hac quæ tamen, ægre iam legitur.

IMP. CAES. DIVI ANTONI  
NI PII MAGNI FIL.  
DIVI SEPTIMI SEVERI  
PII NEPOTI M. AVRE  
LIO ANTONINO  
P. FEL. AVG. PONT. MAX.  
TRIB. POT. II. COS II.  
PROC. P. P.  
FORTISSIMO FELICISSI  
MOQVE PRINCIPI  
S P Q R A. M. P.  
XXII.

N 3

Fig. 6 – Miliário de Heliogábalo da zona de Barbacena, segundo Resende.

centro viário lusitano (Mantas, 2018: 39-74). São eles um marco de Adriano (*CIL* II 439\*) e outro de Maximino e Máximo (*CIL* II 441\*), este localizado na Venda das Mestas<sup>7</sup>, a quatro milhas do início de um percurso onde indica a presença de nada menos de 16 miliários (Fig. 7), dos quais apenas sete possuíam inscrição legível. Trata-se de um troço muito bem definido do itinerário *Scallabis – Emerita*, por *Abelterium*, a principal das três que correspondiam *Olisipo* com a capital provincial, cujos miliários são descritos por Resende da seguinte forma: “As colunas desta estrada, umas quebradas pela acção do tempo, outras calcinadas pelos fogos, apenas deixam ver vestígios de letras desgastadas. Acontece que as vi e é assim que as têm.” (Resende, 1593: 161; 1996: 178).

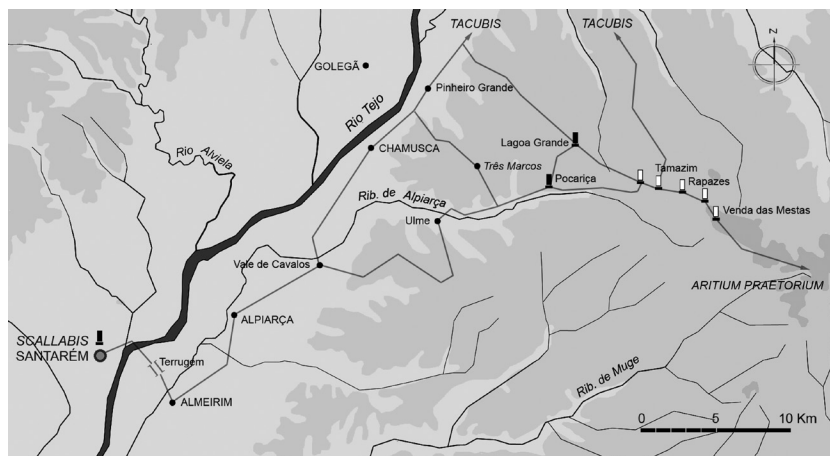


Fig. 7 – A rede viária a nascente de Santarém, com indicação dos miliários lidos por Resende.

<sup>7</sup> Este miliário indica a milha IIII. Se estiver correcta, significa que o miliário de Adriano (*CIL* II 439\*) poderá na realidade ter indicado a milha VII, numeral facilmente confundido com outro que incluisse um X. Lembramos, todavia que a indicação miliária desta coluna, provavelmente prejudicada, está dividida por duas linhas, o que, no mínimo, é pouco usual.

Esta nota de verdade expressa por Resende não deixa de ser um testemunho de autenticidade a somar à evidente imparcialidade com que estes miliários são apresentados, nada provando a não ser a existência da estrada. Ora vejamos o que, talvez um pouco antes, escreveu sobre este troço do caminho o monge francês Claude de Bronseval, que por lá passou, em 1531 e 1532:

A notar que nestes desertos onde não há estradas nem caminhos, uma vez que eles não são frequentados nem pelos homens, nem mesmo pelos animais (porque é uma região miseravelmente deserta), encontram-se espalhadas colunas de pedra levantadas para indicar o caminho aos viajantes. Doutra forma eles não saberiam onde ir e arriscar-se-iam talvez a serem vítimas dos incêndios que deflagram constantemente num ou noutro lugar destes desertos. Diz-se que foi Júlio César Augusto quem ordenou a colocação destas colunas quando percorreu as Hispânicas, pensando nos perigos que corriam aqueles que no futuro por lá passassem. (Bronseval, 1970: 501-502)

É claro que, para um francês quinhentista, culto mas não epigrafista, todos os miliários que mostrassem o título *Caesar* seriam provavelmente atribuídos a Júlio César<sup>8</sup>, o que Resende não fez, em nenhum caso, ainda que lhe tivesse sido útil, por exemplo, quando, na *História da antiguidade da cidade de Évora*, discute a atribuição do estatuto romano à cidade, dizendo que se inclina para César sem todavia poder prová-lo, ainda que logo a seguir refira uma das suas invenções, exactamente relacionada com César (Resende, 1553: 15). Resende não conheceu o texto francês, que permaneceu durante séculos em manuscrito, pelo que não parece possível admitir qualquer influência sobre o Eborense. Mas a coincidência da descrição confirma, sem sombra de dúvida, a veracidade do que escreveu.

Deste grupo de miliários há um, fragmentado, *acima de Almeirim indo por Alpiarça*, a uma milha do primeiro grupo de marcos indicado por Resende

---

<sup>8</sup> É de salvaguardar a possibilidade de se encontrarem miliários de Augusto nesta via, a mais importante ligação entre *Olisipo* e *Emerita*, existindo propostas de datação augustana para a excelente ponte de Vila Formosa (Alter do Chão).

do qual fazia parte um de Adriano, provavelmente do ano 118, de acordo com o poder tribunício (Fig. 8), talvez indicando a milha XI (*CIL* II 439\*). Encarnação não o refere, concentrando o seu comentário negativo no fragmento que Hübner propõe ler como *RESTITVTOR(i) ORBIS* (*CIL* II 4634). As versões de Resende e de Brito do texto deste miliário não coincidem, sendo a segunda um pouco mais completa (Fig. 9), atribuindo o monumento a Septímio Severo, talvez por conveniência cronológica da narrativa (Resende, 1593: 165; Brito, 1609: 77-78). Como esta fórmula propagandística ocorre em títulos de imperadores do século III, como Aureliano (Allard, 2006: 149-172), mas é também usada por outros governantes, caso de Probo, de que sobrevivem vários miliários na estrada *Olissipo – Scallabis – Emerita*<sup>9</sup>, não é impossível tratar-se de um desses governantes.

André de Resende refere ainda outro miliário, truncado, perto de Almeirim (Resende, 1593: 167; *CIL* II 4637 = *IRCP* 678), no qual apenas se lia a parte final do texto: *COS / IIII. PROCOS / REFECIT*. Trata-se, provavelmente, de restos de mais um marco do imperador Tácito, bem representado neste troço da via (*CIL* II 4635-4636), que parece ter restaurado, continuando, talvez, o texto de outro marco fragmentado (*CIL* II 4630 = *IRCP* 667). Finalmente, lembramos o miliário de Maximino e Máximo (*CIL* II 441\*), da Venda das Mestas, topónimo relacionado com a transumância, por vezes mal transcrito como Mestras, encruzilhada de caminhos numa zona onde não faltam vestígios romanos (Saa, 1956: 254-255, 259-264; Alarcão, 1989: 51).

O miliário de Maximino e Máximo registado neste troço da estrada, que atravessa uma região difícil e que na zona da ribeira de Alpiarça é parcialmente comum aos dois caminhos para Mérida (Mantas, 2012: 165-167, 179-180), como vimos, leva-nos a aceitar sem nenhuma dificuldade a autenticidade do conjunto, o que de alguma forma é confirmado pelo miliário achado na Torre do Curvo, Monforte (*IRCP* 664), indiscutivelmente pertencente ao itinerário *Scallabis – Abelterium – Emerita*, mas impossível de corresponder, considerando o enorme afastamento dos dois sítios, ao miliário da Venda das Mestas. Que os marcos

---

<sup>9</sup> Em Lisboa, Santarém e Ponte de Sor. Consideramo-los todos no território do Convento Escalabitano.



referidos por Resende se encontravam na zona do curso superior da ribeira de Alpiarça, hoje em parte conhecida por ribeira de Ulme, é garantido pelo humanista: “Per Alpiarsae fluvii initia ducebatur” (fl. 151).

Fol. 163.

LIBER TERTIVS.

¶ Post mille passus columnæ tres collapsæ.

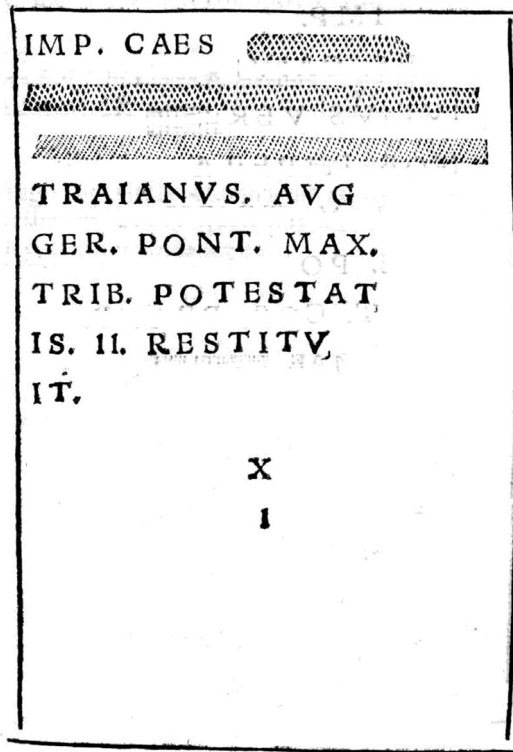


Fig. 8 – Miliário de Adriano, segundo Resende a três milhas romanas a poente do Casal das Mestas.

**4634 In itinere Scal-  
labi Emeritam [ab Al-  
meirim versus orien-  
tem], fragmentum.**

///////

**RESTITV  
TOR VRBIS**

**Resende antiq. p. 164  
(inde Britto ed. I 2  
f. 77 v., ed. II 2 p. 105).  
Pro urbis sine dubio  
orbis corrigendum.**

CAES. ET IVLIE AVG. MATRIS  
EIVS DRVSVS. VALERIVS. CAE  
LIANVS. : : :  
Quer dizer, q̄ Druso Valerio Ce-  
liano leuantou aq̄lle altar ao Sol  
& Lúia, pella faude, & perpetuida  
de do imperio do emperador Sep-  
tímio Seuero, & de Iulia Augus-  
ta, mãy de seu filho Cayo Cesar,  
Marco Aurelio Antonino. Faltão  
algũas letras, por onde senão po-  
dê colligir tam inteiramente as  
mais particularidades da pedra,  
ainda que não podião ser de mui-  
ta importancia, pois ao fim tudo  
redunda, na dedicação do altar,  
ou estatuas do Sol e Lúia. Em hũ  
dos caminhos que Antonino Pio  
descreue de Lisboa pera Merida,  
acima de Almeirim, indo pella  
Alpiarça, effão algũs padroẽs der-  
rubados; em hũ dos quaes se lião  
antigamentê estas palavras.  
: : : VERO ADIABEN;  
RESTITVTOR.  
VRBIS.  
Quasi dizendo, q̄ aquelle padráo  
se leuãtara, sendo emperador Se-  
uero, vécador dos Adiabenos, ref-  
taurador da cidade de Roma, q̄  
na verdade, se vimos o estado  
em que elle achou Roma, & a me-  
lhoria em q̄ a deixou, com rezão  
se lhe deue o nome de restaura-  
dor, não só da cidade, mas de to-  
do o imperio. Refêde em suas an-  
tiguidades, faz mção desta pe-  
dra, mas só cõ estas letras R E S  
T I T V T O R V R B I S, se ha  
outra lembrança sua neste reyno,  
cu a

Fig. 9 – O miliário *CIL* II 4634 e a versão publicada por Bernardo de Brito.

Antes de passarmos à análise da epigrafia miliária na obra de Bernardo de Brito, que em parte retoma as informações de Resende, o que contribuiu para agravar a sua fama de falsário, devemos reconhecer que o traçado exacto das vias romanas continua a ser extremamente difícil em muitas situações, ou mesmo quase impossível, apesar do conhecimento ou da existência física de marcos miliários. O difícil é colocá-los correctamente no mapa, mesmo quando, por vezes, contêm indicações de distância. As vias entre *Olisipo* e *Emerita* não escapam a essas dificuldades, tanto mais que, no Alto Alentejo, existia uma densa rede de estradas importantes, convergindo para a capital da província, estradas que, apesar de tudo, contam com estudos numerosos (Alarcão, 2006: 211-251; Carneiro,

2008: 47-76; Mantas, 2012: 146-181), a que se juntará em breve, esperamos, a publicação de uma provocadora análise da via *Emerita – Eborā – Olisipo*<sup>10</sup>.

Bernardo de Brito inclui na *Monarquia* muito mais miliários que André de Resende nas *Antiguidades*, essencialmente porque não limitou a sua recolha a um número muito restrito de estradas, alargando-a a todo o país. Não deixa de ser interessante verificar que as acusações de falsificação que pendem sobre Brito reflectem muitas vezes as invenções de André de Resende, o que foi suficiente para Hübner as suspeitar imediatamente. O muito maior número de informações sobre monumentos viários constantes na *Monarquia* resulta, essencialmente, da metodologia do humanista, que considera os marcos como fontes primárias da história e não meros testemunhos descontextualizados. Quase poderíamos dizer que Brito está mais perto do historiador que Resende do arqueólogo, embora a ambos, como antiquários, falte o verdadeiro espírito científico, o que aliás hoje em dia se volta a verificar, agora sem desculpa, com muita pacotilha pseudo-histórica que se vai editando.

O contributo de Brito para o conhecimento da rede viária romana no território português não deixa de ser relevante e pode ser utilizado, com as necessárias cautelas. Sublinhamos desde já os numerosos miliários do Norte de Portugal que deu a conhecer, inéditos ou não, em grande parte pertencentes a itinerários com início em Braga, os quais representam um *corpus* significativo (Brito, 1609: 66), disperso ao longo da obra por razões metodológicas. Outros monumentos epigráficos também relacionados com as vias, como a grande inscrição rupestre em honra de Trajano, existente em Caldelas (*CIL* II 4796 = 5560), não escaparam ao interesse de Brito, que os utiliza como fontes para ilustrar a história, aliás apoiada numa imensidade de autores, nem sempre de acordo com a autenticidade dos testemunhos arqueológicos a que recorre.

Não deixa de ser curioso que, atendendo aos esforços pseudo-epigráficos que desenvolveu para identificar a cidade de *Eburobrittium* com Alfeizerão, zona

---

<sup>10</sup> Trata-se da dissertação de doutoramento de Maria José de Almeida, defendida em 2017 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada *De Augusta Emerita a Olisipo por Eborā. Uma leitura do território a partir da rede viária*.

que conhecia muito bem, como seria de esperar, não teve a tentação de falsificar pelo menos um marco miliário que confortasse a sua opinião. É certo que os miliários não abundam nesta região, onde apenas conhecemos dois, exactamente nas cercanias de Alfeizerão (Mantas, 2012: 256-257), preferindo outras fantasias mais *históricas*. Essa circunstância, a nosso ver, contribui para atenuar as dúvidas quanto aos dados viários na obra de Bernardo de Brito. Muitas das suas observações pontuais também oferecem essa impressão, como por exemplo quando se refere à copiosa presença de miliários na zona da ribeira de Alpiarça, ainda que inspirando-se em Resende: “No caminho militar que ia antigamente de por cima de Almeirim, junto ao Rio de Alpiarça, onde se acham dois padrões derrubados [de Tácito] entre muitos outros” (Brito, 1609: 56). Destes não temos de duvidar.

Entre os marcos que são considerados falsos há um, só referido por Bernardo de Brito, que nos merece especial atenção. Eis o que o monge de Alcobaça escreveu sobre esse miliário:

Langobriga, que alguns dizem que foi a Feira, me parece que esteve no alto de um monte que fica entre os lugares de Albergaria e Bemposta, em frente de outro chamado Pinheiro, no cume do qual se vêem ainda claramente os sinais de muros antigos, que cercam grande parte da coroa do monte [...]. Achei para a parte Nascente muita pedraria lançada pela quebrada da serra que é para aquela parte mais íngreme e áspera que para todas as demais sem em todas elas ver letra alguma, mais que estas mal distintas e mui quebradas COS. VI / P. IX. P. F / VAC. XII. P. M. que a meu ver foi padrão posto na estrada. (Brito, 1609: 3)

Segundo frei Bernardo de Brito, a pedra encontrava-se, nos finais do século XVI, na encosta oriental do Monte de S. Julião, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, referindo-a a propósito das ruínas do castelo de S. Gião. Tem sido alvo de suspeitas depois que Hübner a incluiu entre as inscrições falsas (Fig. 10), quanto a nós sem grande justificação (*CIL* II 442\*). O castelo de S. Gião, cuidadosamente localizado, situa-se numa linha de alturas que separa o vale do Caima da estrada romana, que lhe corre paralela durante algumas milhas, local que nada tem que ver, naturalmente, com S. João de Loure, onde Hübner situou

o achado. Desenvolvemos a epígrafe desta forma: [...] CO(n)S(uli).VI. / T(ribu-  
nicia) P(otestate). IX. P(ater). P(atriciae) / [...] VAC(ua). XII. M(illia). P(assuum).

**442\*** *No castello de São Gião, em frente do monte Pinheiro, entre Albergá e Bemposta.*

... cos. vi ... | ... p. ix p. f. ... | ...  
vac. xii. p. m

Britto ed. I 2 f. 3, ed. II 2 p. 4 (inde Cean p. 216). Ficta ut Vougae fluvio nomen ali-  
quod antiquum, Vacuae puto, fuisse probetur.

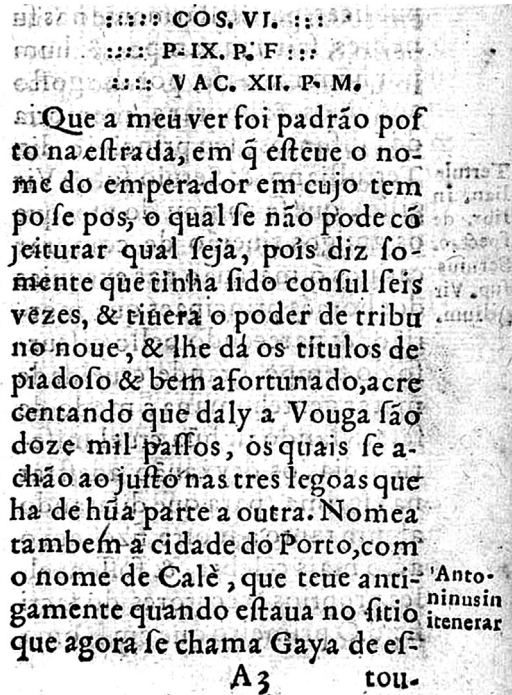


Fig. 10 – O miliário de S. Gião (CIL II 432\*) e a lição de Bernardo de Brito.

A condenação deste testemunho deve bastante à autoridade de Hübner, apesar de requerer uma revisão crítica consciente. Não duvidamos da passagem de Brito junto ao Monte de S. Julião, vindo de Arouca, atendendo ao rigor das suas indicações topográficas. A análise do texto não sugere elementos que desde logo obriguem a recusá-lo, pois julgamos que os lapsos patentes na epígrafe se devem a uma leitura deficiente, afirmada pelo próprio Bernardo de Brito, problema comum aos epigrafistas que trabalhem em condições medíocres. Menos clara é a atribuição deste marco, por investigadores espanhóis, a Albergaria, Bolo, na *Via Nova* de Braga a Astorga (Rodríguez Colmenero, 1976: 68-69). Ora sucede que a referência mais antiga a este miliário no país vizinho não é anterior ao século XIX, o que nos leva a crer haver confusão entre as duas Albergarias. De qualquer forma, Brito não podia copiar esta epígrafe de nenhuma fonte peninsular conhecida à altura.

A titulatura não apresenta problema de maior, embora não se conheça imperador que tenha sido cônsul pela sexta vez e simultaneamente revestido do poder tribunício pela nona vez, talvez resultante de um erro, como noutros casos (*CIL* II 759, 760, 2014). Se tomarmos como bom o ordinal IX, o texto poderá referir Vespasiano (COS. VIII. T. P. IX), em 77, ou Tito (COS. VII. T. P. IX), em 79, cronologia possível no cenário da concessão do direito latino. Por outro lado, como os miliários mais próximos do Castelo de S. Gião são os de Ul (*AE* 1967 131) e da Mealhada (*CIL* II 4640), de Tibério e Calígula, somos tentados a atribuir a um dos júlio-cláudios o presente monumento, tanto mais que, ao contrário do que se pretendeu (Almeida, 1956: 115-116), a indicação do consulado antes do poder tribunício não é invulgar, encontrando-se em miliários de Augusto (*CIL* II 4868, 4936, 4931, 4937, 4701, 4703; *ILER* 1823,1987), Tibério (*CIL* II 4749, 4778, 4904, 4905, 4935, 4712, 4715), Calígula (*CIL* II 4716, 6208) e Cláudio (*CIL* II 4875, 4750, 4770, 4771,4718), o que nos parece significativo.

Menos vulgar é a menção do ponto de partida ou chegada da via. Se a leitura corresponde a *VAC(ua)*, então o número de milhas, XII, equivalente a cerca de 18 quilómetros, leva-nos a considerar o Rio Vouga, como pensava frei Bernardo de Brito, ou o *Oppidum Vacca*, o que será mais problemático, apesar da existência no Cabeço do Vouga de uma estação viária importante

(Mantas, 2014: 247-248). Uma vez que o Castro de S. Gião se situa no território de *Talabriga*, a indicação da distância pode indicar o espaço a percorrer até ao rio, a menos que a estação no Cabeço do Vouga tenha substituído a obscura *Talabriga* como *caput viarum*. Na verdade, não só aqui entroncava a estrada vinda de Viseu com a que de Lisboa se dirigia a Braga, como o Vouga representava um dos grandes obstáculos naturais deste último grande itinerário, que neste local atravessava o rio através de ponte (Mantas, 2012: 195-197). Quanto ao facto de o texto transmitir P. M. em vez de M. P. em nada invalida a restituição proposta.

Por fim, devemos ter em conta a lógica das informações de Bernardo de Brito, sobretudo quando parecem desnecessárias. Ao indicar um miliário no Monte de S. Julião ou Gião, numa época em que se ignoravam quaisquer miliários da estrada *Olisipo-Bracara* a sul do Douro, o cronista alcobacense contrariava gravemente a sua identificação de *Talabriga* com Aveiro, pois a distância indicada no miliário para *Vacua* ou *Vacca* e o seu local de achamento definem um eixo viário alheio ao pretenso traçado por Aveiro, coincidindo com o traçado real da estrada entre *Aeminium* e *Lancobriga*, de acordo com as distâncias facultadas pelo *Itinerário de Antonino* e pelos poucos miliários sobreviventes. Por tudo isto, aceitamos como autêntico este padrão viário, classificação a atribuir a muitos outros transmitidos por Bernardo de Brito e André de Resende, se analisados sem preconceitos.

É certo que ambos, mas não só eles nem só na sua época, inventaram bastante, e essa circunstância marcou definitivamente o que nos legaram. Resende sentiu crescer as dificuldades em que os *fumos da Índia* mergulhavam o país, enquanto Brito viveu as realidades amargas de uma soberania amputada, como hoje, o que obriga a reflectir de forma menos rígida sobre o que escreveram e como o fizeram. Dissemos que inventaram e falsearam muito, o que é verdade, e o pior mal desta atitude terá sido haver criado antecedentes respeitáveis, que outros não hesitaram em multiplicar.

Vejamos em Évora o caso do famigerado arco honorífico da Praça do Giraldo, significativamente ignorado por Resende, mas que a partir de uma fantasia do padre Manuel Fialho, no século XVII (Fialho, 1707: 162), ganhou

peso na historiografia eborense<sup>11</sup>, aumentando sempre de dimensões até possuir mais de trezentas colunas e uma multidão de estátuas (!). Demonstrada a sua inexistência (Bilou, 2010: 92-98), podemos admirar agora em Évora um estranho arco que pretende recordar o pretensamente desaparecido monumento, demonstrando, se fosse necessário, como são mais difíceis de desmontar os escritos falsos que demolir as pedras, mesmo quando não existiram.

Terminamos com uma reflexão de Bernardo de Brito acerca dos motivos que lhe ditaram a necessidade de escrever sobre o passado nacional e quais as dificuldades encontradas quando quis ilustrar as épocas mais antigas, em particular o domínio romano, reflexões que explicam muito daquilo que preferíamos não encontrar na obra dos humanistas, obrigando-nos a olhá-las de forma diferente da dos críticos do passado:

O gosto de contar grandes obras dos Portugueses, recompense o pouco, com que agora vou rompendo por campo tão estéril, mendigando pedras, e letreiros, não coisas que os Romanos digam de nós, antes lembranças que conservamos suas. (Brito, 1609: 76)

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge de (1989). *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- \_\_\_\_ (2006). As vias romanas de Olisipo a Emerita Augusta. *Conimbriga*, 45, 211-251.
- Allard, Valérie (2006). Aurélien, restitutor orbis et triumphateur. In Marie-Henriette Quet (Ed.), *La crise de l'Empire romain de Marc Aurèle à Constantin (149-172)*. Paris: Presses de l'Université, Paris Sorbonne.
- Almeida, Fernando de (1956). Marcos miliários da via romana Aeminium-Cale. *O Arqueólogo Português*, 2.ª s., 3, 111-116.
- AE = *L'Année Épigraphique*. Paris: Presses Universitaires de France.

---

<sup>11</sup> A obra foi impressa pela primeira vez em Roma, em 1728, por iniciativa do Padre Francisco da Fonseca, sob o título de *Évora Gloriosa*. O editor acrescentou alguns elementos novos ao manuscrito original.



- Bertram, Charles (1757). De Situ Britanniae, *Britannicarum Gentium Historiae Antiquae Scriptores Tres*. Hafnia: Ludolph Lillie, 1-60.
- Bilou, Francisco (2010). *A refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora, 1533-1537*. Lisboa: Colibri.
- Blanco Freijeiro, A. (1977). *El puente de Alcántara en su contexto histórico*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Brito, Frei Bernardo de (1597). *Monarchia Lusytana. Parte Primeira*. Alcobça. Mosteiro de Alcobça.
- \_\_\_\_ (1609). *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*. Lisboa. Mosteiro de S. Bernardo: [Pedro Crasbeeck].
- Bronseval, Claude (1970). *Peregrinatio Hispanica. 2* (Introduction, traduction et notes de Dom Maur Cocheril). Paris: Presses Universitaires de France.
- Canfora, Luigi (2013). The so-called Artemidorus papyrus. A reconsideration. *Museum Helveticum*, 70, 157-179.
- Cardoso, Jorge (1652). *Agiologio Lusitano, I*. Lisboa: Oficina Crasbeekiana.
- Carneiro, André (2008). *Itinerários romanos do Alentejo*. Évora: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Cunha, Rodrigo da (1642). *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, I: Manuel da Silva.
- Encarnação, José d' (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras (= IRCP).
- \_\_\_\_ (1991). Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende. *Biblos*, 67, 193-221.
- \_\_\_\_ (2002). André de Resende, epigrafista. In *Cataldo & André de Resende (305-310)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.
- \_\_\_\_ (2006). O mar na epigrafia da Lusitânia romana. In F. de Oliveira; P. Thiery; R. Vilaça (Coords), *O mar greco-Latino (271-289)*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- \_\_\_\_ (2018). As epigráficas falsificações de frei Bernardo de Brito. In F. Gallo; A. Sartori (Eds.), *Spurii Lapidis. I falsi nell'Epigrafia Latina (181-197)*. Milano, I.T.L.
- FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- Fernandes, R. M. Rosado (1985). Ulisses em Lisboa, *Euphrosyne*, n. s., 13, 139-161.
- Fernández Ochoa, Carmen, et al. (2012). El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura, *Zephyrus*, 70, 151-179.
- Fialho, Manuel (1707). *Évora Ilustrada* [Biblioteca Pública de Évora: Cod. CXXX / 1-9].

- Formigli, E. (1992). Indagini archeometriche sull'autenticità della Fibula Praenestina. *Mitteilungen des Deutschen Archaeologischen Instituts*. 99: 329-343 [Roma].
- Frankenau, Gerhard von (1724). *Bibliotheca Hispanica Historico-Genealogico-Heraldica*. Lipsia: M. G. Weidmann.
- González Germain, G.; Carbonell Manils, J. (2012). *Epigrafia hispánica falsa del primero Renacimiento español. Una contribución a la historia ficticia peninsular*. Belterra: Universidad Autonoma de Barcelona.
- Holanda, Francisco de (1984). *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (Introdução, notas e comentários de J. Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte.
- Hübner, Emil (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: De Gruyter (= *CIL*).
- Hübner, Emil (1871). *Notícias Archeológicas de Portugal* (Trad. prefácio Augusto Soromenho). Lisboa: Real Academia das Ciências.
- Lopes, Fernão (1977). *História de uma revolução. Primeira parte da "Crónica de El-Rei D. João de Boa Memória"* (Atualização do texto, introdução e notas de J. H. Saraiva). Mem Martins: Europa-América.
- Lopes, João (2018). *Cinema e história*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Luciano (1976). *Uma história verídica* (Prefácio, tradução e notas de C. Magueijo). Lisboa: Editorial Inquérito.
- Luz, Frei Isidoro da [1659]. *Relação verdadeira do descobrimento dos Santos Mártires*. Miscelânea nº 7. Lisboa, Biblioteca Nacional da Ajuda.
- Mantas, Vasco (1976). Notas acerca de três inscrições de Olisipo. *Conimbriga*, 15, 151-169.
- \_\_\_\_ (2003). Penélope e Ulisses na Lusitânia. In Francisco Oliveira (Coord.), *Penélope e Ulisses* (145-166). Coimbra, APEC.
- \_\_\_\_ (2009). A Lusitânia e os Lusitanos há duzentos anos. In J. G. Gorges et al. (Eds.), *Lusitânia entre o Mito e a Realidade* (89-110). Cascais: Câmara Municipal.
- \_\_\_\_ (2012). *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- \_\_\_\_ (2014). As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade, *Humanitas*, 66, 231-256.
- \_\_\_\_ (2018). A colónia de Scallabis como centro viário de primeira importância. *Mátria XXI*, 7, 39-74.
- Patrício, Amador (1739). *História das Antiguidades de Évora*. Évora: Oficina da Universidade.
- Puerta Torres, Carmen (1995). *Los miliarios de la Vía de la Plata*. Madrid: Universidad Complutense.

- Resende, André (1553). *História da antiguidade da cidade de Évora*. Évora: André de Burgos.
- \_\_\_\_ (1593). *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: Martim de Burgos.
- \_\_\_\_ (1996). *As Antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodríguez Colmenero, Antonio (1976). *La red viaria del sudeste de Galicia*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Rodríguez Colmenero, A.; Ferrer Siena, S.; Álvarez Asorey, R. (2004). *Milários e outras inscrições viárias romanas do Noroeste Hispânico*. Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega.
- Saa, Mário (1956). *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, 1. Lisboa: Edição do Autor.
- Saa, Mário (1963). *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, 4. Lisboa: Edição do Autor.
- São Tomás, Frei Leão de (1644). *Benedictina Lusitana*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro.
- Seufert, Michael (2008). *Der Skandal um die Hitler-Tagebücher*. Frankfurt: Scherz.
- Sillières, Pierre (1990). *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*. Bordeaux, Paris: Publications du Centre Pierre Paris.
- Simões, Filipe (1888). *Escritos diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Silveira, Francisco do Nascimento (1804). *Mapa breve da Lusitânia Antiga e Galiza Bracarense*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira.
- Simplício, Maria (2002). Évora: origem e evolução de uma cidade medieval. *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, 1.<sup>a</sup> s., 19, 365-372.
- Vives, J. (1971). *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona (= ILER).

[texto escrito no antigo acordo]

